

AVISO DE ABERTURA DE CONCURSO

AAC N.º 06 /2025 **Incentivo pela aquisição de veículos de** **emissões nulas no ano de 2025 e 2026** **Mobilidade Verde – Passageiros**

Data de abertura do Aviso: 29 de dezembro de 2025

VERSÕES

Tabela 1 - Versões do Aviso

Versão	Data da publicação	Alterações	Ações
1 – Publicação	22/12/2025	Não aplicável	Versão inicial

Sumário: Atribuição de incentivo pela aquisição de veículos de emissões nulas no ano de 2025 e 2026 – Mobilidade Verde Passageiros.

Transportes e mobilidade sustentável – Atribuição de incentivo pela aquisição de veículos de emissões nulas no ano de 2025 e 2026 – Mobilidade Verde Passageiros

A RCM n.º 134-C/2024, de 11 de outubro que aprova o pacote Mobilidade Verde – Passageiros, estipula o reforço dos apoios à aquisição de veículos elétricos (zero emissões), autorizando realização da despesa pelo Fundo Ambiental, no montante de 10 milhões de euros em 2024 e de 10 milhões de euros em 2025, podendo os saldos apurados em 2024 acrescer à dotação prevista para 2025. Em complemento ao disposto na referida Resolução do Conselho de Ministros, foi aprovada uma portaria que procede à reprogramação temporal dos encargos plurianuais autorizados pela alínea e) do n.º 1 da RCM n.º 134-C/2024, de 11 de outubro, permitindo a transição para o ano económico de 2026 dos montantes não executados em 2024 e 2025, sem ultrapassar o valor global autorizado de 20 milhões de euros, assegurando assim a continuidade dos apoios à aquisição de veículos ligeiros de passageiros de emissões nulas.

O presente Aviso, com uma dotação de 17 625 000,00 milhões de euros, operacionaliza esta medida estimulando a substituição de frotas poluentes por veículos zero emissões como medida adicional para eletrificação da frota automóvel e, desta forma, contribuindo para a melhoria da segurança rodoviária e da qualidade do ambiente e a redução da idade média das frotas nacionais, dando cumprimento ao disposto na Lei de Bases do Clima.

O setor da mobilidade, com destaque para o transporte individual, é um dos principais emissores de gases com efeito de estufa, além de exercer uma pressão significativa na qualidade do ar, é uma fonte significativa de ruído e responsável pela elevada sinistralidade rodoviária, sendo gerador de forte congestionamento designadamente nas zonas urbanas traduzindo-se numa fraca qualidade dos espaços urbanos.

A descarbonização da mobilidade é um dos desígnios da Política Pública de Mobilidade pelo que a eletrificação do parque automóvel é mais um objetivo em paralelo com o incentivo ao uso do transporte público. Por forma a garantir a efetividade do incentivo, mantém-se em 2025 e em 2026 a dimensão do abate de automóvel, na Tipologia 1, por forma a reduzir o impacto dos veículos movidos a combustíveis fósseis ainda em circulação.

No sentido de fomentar a descarbonização das frotas de ligeiros de passageiros afetas a uso social, cuja utilização é mais intensiva do que o normal, procede-se à majoração do apoio à aquisição de veículos da Tipologia T1 por parte de IPSS, bem como Autoridades de Transportes e Autarquias Locais, privilegiando o acesso ao financiamento por parte destas entidades.

Adicionalmente, considerando o papel central que o setor da distribuição tem nas emissões de gases e congestionamento provocados pelos transportes, o apoio à Tipologia 2- veículos ligeiros de mercadorias 100 % elétrico será suportada através de Aviso próprio promovido pelo Fundo Ambiental.

O Fundo Ambiental, criado pelo Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto, na sua redação atual, tem por finalidade apoiar políticas públicas ambientais para a prossecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável, contribuindo para o cumprimento dos objetivos nacionais e internacionais, designadamente os relativos às alterações climáticas, financiando entidades, atividades ou projetos que cumpram com o objetivo de mitigação das alterações climáticas, entre outros. Neste quadro, pode financiar ações que conduzam à redução de emissões de gases com efeito de estufa, designadamente no domínio da mobilidade, no qual se enquadra este incentivo.

O presente Aviso é publicado ao abrigo do disposto nos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto, na sua redação atual, na RCM n.º 134-C/2024, de 11 de outubro e na Portaria que procede à reprogramação temporal dos encargos plurianuais.

1 – Regras gerais e requisitos por tipologia:

1.1 – O incentivo a atribuir é concedido, única e exclusivamente, mediante a aquisição do veículo do beneficiário ou instalação de ponto de carregamento de veículos elétricos, não podendo ser convertido em qualquer tipo de outras prestações ou pagamentos, em dinheiro ou espécie.

1.2 – O incentivo, quando atribuído a pessoa coletiva, não pode exceder os limites previstos no âmbito do Regulamento da Comissão n.º 1998/2006, de 15 de dezembro (apoio *de minimis*), e os limites de intensidade de apoio ao investimento estabelecidos no artigo 19.º do Regulamento da Comissão n.º 651/2014, de 17 de junho.

1.3 – A aprovação das candidaturas aos incentivos é condicionada à verificação da elegibilidade dos pedidos e aos limites estabelecidos em 6.1, sendo as respetivas candidaturas ordenadas de acordo com a data e hora de submissão do pedido de incentivo.

1.4 Os candidatos devem ter a sua situação tributária e contributiva regularizada perante a Autoridade Tributária e Aduaneira e a Segurança Social, respetivamente, devendo ainda autorizar o Fundo Ambiental (NIPC 600 086 992) a proceder à consulta da sua situação tributária junto da Autoridade Tributária e Aduaneira e da sua situação contributiva junto da Segurança Social.

1.5 – Tipologia 1 – Veículos ligeiros de passageiros (categoria M1):

1.5.1 – O incentivo pela aquisição de veículos ligeiros de passageiros de emissões nulas é traduzido na forma de atribuição de um incentivo no valor de 4 000 (euro) (quatro mil euros) para pessoas singulares, e é devido pela aquisição de um veículo 100 % elétrico novo e pelo abate de uma viatura a combustíveis fósseis com mais de 10 anos;

1.5.2 – O incentivo pela aquisição de veículos ligeiros de passageiros de emissões nulas é traduzido na forma de atribuição de um incentivo no valor de 5 000 (euro) (cinco mil euros) para Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), bem como Autoridades de Transportes e Autarquias Locais, e é devido pela aquisição de um veículo 100 % elétrico novo e pelo abate de uma viatura a combustíveis fósseis com mais de 10 anos, não podendo este apoio ser cumulativo com outros apoios, designadamente apoios conferidos no âmbito de fundos europeus;

1.5.3 – Nos termos dos números anteriores, entende-se por «veículo 100 % elétrico novo» qualquer veículo automóvel ligeiro de passageiros, novo, exclusivamente elétrico, da categoria M1 conforme a classificação do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P. (IMT), devidamente homologado, e cuja primeira aquisição e matrícula tenham sido feitas em nome do beneficiário após 1 de janeiro de 2025;

1.5.4 – São elegíveis veículos adquiridos por meio de contrato de compra e venda após 1 de janeiro de 2025 ou através de contrato de locação financeira celebrado após aquela data e com a duração mínima de 24 meses, não sendo aceites outras formas de locação;

1.5.5 – Não são elegíveis veículos cujo custo final de aquisição seja superior a 38 500 (euro) (trinta e oito mil e quinhentos euros), incluindo o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e todas as despesas associadas.

1.5.6 – No caso de veículos ligeiros de passageiros de lotação superior a 5 (cinco) lugares consideram-se elegíveis veículos cujo custo final de aquisição não ultrapasse 55 000 (euro) (cinquenta e cinco mil euros), incluindo o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e todas as despesas associadas.

1.6 – Tipologia 3 – Bicicletas de carga, com ou sem assistência elétrica:

1.6.1 – O incentivo pela aquisição de bicicletas de carga, com ou sem assistência elétrica, é traduzido na forma de atribuição de um incentivo no valor de 50 % do valor de aquisição do veículo, incluindo o IVA, até ao máximo de 1500 (euro) (mil e quinhentos euros) no caso de bicicletas de carga com assistência elétrica ou de 1000 (euro) (mil euros) no caso de bicicletas de carga sem assistência elétrica, devido pela aquisição de qualquer um destes veículos, novo, cuja primeira aquisição tenha sido feita em nome do beneficiário após 1 de janeiro de 2025;

1.6.2 – Nos termos do número anterior, entende-se por «veículo novo» qualquer velocípede de carga, com ou sem assistência elétrica, especialmente concebido pelo fabricante para poder transportar passageiros ou objetos volumosos ou os reboques destinados a esse fim.

1.7 – Tipologia 4 – Bicicletas elétricas para uso cidadão:

1.7.1 – O incentivo pela aquisição de bicicletas elétricas cidadinas é traduzido na forma de atribuição de um incentivo no valor de 50 % do valor de aquisição do veículo, incluindo o IVA, até ao máximo de 750

(euro) (setecentos e cinquenta euros), devido pela aquisição de qualquer um destes veículos, novo, cuja primeira aquisição tenha sido feita em nome do beneficiário após 1 de janeiro de 2025;

1.6.2 – Nos termos do número anterior, entende-se por «veículo novo» qualquer bicicleta com assistência elétrica, concebida pelo fabricante para uso citadino, nem trotinetes ou velocípedes de outro tipo.

1.8 Tipologia 5.1 – Motociclos, ciclomotores, triciclos e quadriciclos

1.8.1 – O incentivo pela aquisição de motociclos, ciclomotores, triciclos e quadriciclos elétricos, é traduzido na forma de atribuição de um incentivo no valor de 50 % do valor de aquisição do veículo ou dispositivo, incluindo o IVA, até ao máximo de 1 500 (euro) (mil e quinhentos euros), devido aquisição de qualquer um deles, novo, cuja primeira aquisição e matrícula, se aplicável, tenha sido feita em nome do beneficiário após 1 de janeiro de 2025;

1.8.2 – Nos termos do número anterior, entendem-se por «veículo novo»:

1.8.2.1 – Qualquer motociclo de duas rodas ou ciclomotor, exclusivamente elétrico, que possua homologação europeia e esteja sujeito a atribuição de matrícula, com exclusão daqueles classificados como enduro, *trial* ou com *sidecar*, conforme a classificação do IMT;

1.8.2.2 – Qualquer triciclo ou quadriciclo de motorização exclusivamente elétrica, novo, das categorias L5e, L6e ou L7e, que possua homologação europeia, conforme a classificação do IMT e cuja primeira aquisição e matrícula, se aplicável, tenha sido feita em nome do beneficiário após 1 de janeiro de 2025;

1.9 – Tipologia 5.2 – Outros dispositivos de mobilidade pessoal, elétricos:

1.9.1 – O incentivo pela aquisição de dispositivos de mobilidade pessoal elétricos, é traduzido na forma de atribuição de um incentivo no valor de 50 % do valor de aquisição do veículo ou dispositivo, incluindo o IVA, até ao máximo de 500 (euro) (quinhentos euros), devido pela aquisição qualquer um deles, novo, cuja primeira aquisição tenha sido feita em nome do beneficiário após 1 de janeiro de 2025;

1.9.2 – Nos termos do número anterior, entendem-se por «veículo novo»:

1.9.2.1 – Qualquer dispositivo destinado à mobilidade de pessoas ou mercadorias, especialmente concebido pelo fabricante para poder transportar passageiros ou objetos volumosos em espaços públicos incluindo trotinetas e monorrodas, de propulsão elétrica, não incluído nas tipologias anteriormente mencionadas, novo, e cuja primeira aquisição tenha sido feita em nome do beneficiário após 1 de janeiro de 2025.

1.10 – Tipologia 6 – Bicicletas citadinas convencionais:

1.10.1 – O incentivo para a aquisição de bicicletas citadinas convencionais é traduzido na forma de atribuição de um incentivo no valor 50 % do valor de aquisição do veículo, incluindo o IVA, até ao máximo de 500 € (quinhentos euros), devido pela aquisição de bicicleta nova, cuja primeira aquisição tenha sido feita em nome do beneficiário após 1 de janeiro de 2025;

1.10.2 – Por «bicicleta nova» entende -se bicicleta convencional, sem assistência elétrica, concebida pelo fabricante para uso citadino, nem trotinetes ou velocípedes de outro tipo.

1.11 – Tipologia 7 – Carregadores para veículos elétricos em condomínios multifamiliares:

1.11.1 – O incentivo relativo a carregadores para veículos elétricos é traduzido na forma de atribuição de um incentivo no valor de 80 % do valor de aquisição do carregador, incluindo o IVA, até ao máximo de 800 (euro) (oitocentos euros) por carregador instalado em 2025 ou 2026, correspondendo um carregador a um lugar de estacionamento, ao qual pode acrescer 80 % do valor da instalação elétrica associada ao carregador adquirido (incluindo o IVA), até ao máximo de 1000 (euro) (mil euros) por lugar de estacionamento;

1.11.2 – O incentivo está limitado a um carregador por condómino, até ao limite de 10 (dez) carregadores por condomínio/CPE (Código de Ponto de Entrega);

1.11.3 – O incentivo inclui o pagamento, pelo Fundo Ambiental, da Tarifa da Entidade Gestora da Mobilidade Elétrica (EGME) aos Detentores de Pontos de Carregamento (DPC), instituída nos termos do Regulamento da Mobilidade Elétrica (Regulamento n.º 854/2019, de 4 de novembro, alterado pelo Regulamento n.º 103/2021, de 1 de fevereiro) por um período de 24 meses a contar da data de

aprovação do incentivo.

2 – Beneficiários elegíveis:

2.1 – No que diz respeito à Tipologia 1, apenas são elegíveis para atribuição do incentivo pessoas singulares, IPSS, Autoridades de Transportes e Autarquias Locais.

2.2 – Relativamente às Tipologias 3, 4, 5 e 6 são elegíveis, para a aquisição de veículos de emissões nulas, pessoas singulares e pessoas coletivas.

2.3 – Relativamente à Tipologia 7 só são elegíveis para atribuição do incentivo candidaturas para apoio à aquisição e instalação de postos de carregamento de veículos elétricos em espaços comuns de uso privado associados a unidades multifamiliares de habitação em propriedade horizontal, apresentadas por moradores ou administrações de condomínio para lugares de estacionamento num mesmo condomínio/CPE.

2.3.1 – Para efeitos do disposto no número anterior, são considerados moradores os residentes ou os proprietários que sejam pessoas singulares, os quais podem apresentar candidaturas individuais ou conjuntas;

2.3.2 – As candidaturas conjuntas devem ser acompanhadas de acordo escrito dos moradores, conforme minuta disponibilizada no sítio na Internet do Fundo Ambiental, identificando o responsável pela candidatura e os demais elementos exigidos.

2.4 – As empresas comerciais abaixo designadas não são elegíveis para atribuição do incentivo, na respetiva tipologia:

a) Veículos da Tipologia referida no n.º 1.5, 1.6 e 1.9 (Bicicletas de carga, com ou sem assistência elétrica, Bicicletas elétricas para uso cidadão e Bicicletas cidadinas convencionais): empresas cujo ramo de atividade seja o comércio deste tipo de veículos [pessoas coletivas cuja CAE principal ou secundária(s) seja 46493 e 47640 da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas Rev.3];

b) Veículos da Tipologia referida no n.º 1.7 (motociclos de duas rodas e ciclomotores elétricos): empresas cujo ramo de atividade seja o comércio de motociclos [pessoas coletivas cuja CAE principal ou secundária(s) seja 45401 da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas Rev.3].

2.5 – A atribuição do incentivo está sujeita aos seguintes limites por beneficiário:

2.5.1 – Tipologias 1, 3, 4, e 5:

a) Quatro incentivos, pedidos conjuntamente em candidatura única, nos casos em que o beneficiário é uma pessoa coletiva, incluindo IPSS, Autoridades de Transportes e Autarquias Locais;

b) Um incentivo, nos casos em que o beneficiário é uma pessoa singular.

2.5.2 – Tipologia 7:

a) 10 (dez) incentivos, correspondentes à instalação de 10 (dez) carregadores em lugares de estacionamento de um mesmo condomínio/CPE.

2.6 – O número de incentivos para veículos das várias categorias não é cumulativo, podendo o mesmo beneficiário usufruir de incentivos de mais do que uma categoria em simultâneo até aos limites indicados no número anterior.

3 – Âmbito geográfico:

3.1 – A atribuição do incentivo abrange todo o território nacional.

4 – Modo de apresentação da candidatura e do pedido de pagamento de incentivo:

4.1 – A candidatura deve ser apresentada, através do formulário disponível no sítio na Internet do Fundo Ambiental, a partir do dia 22 de dezembro de 2025 e até 45 dias corridos a contar dessa data, ou seja, dia 11 de fevereiro de 2026, até às 17h 59m, ou até que se esgote o número de incentivos na tipologia a que se candidata.

4.2 – O beneficiário é notificado, por correio eletrónico, da confirmação da aprovação da candidatura, contendo a respetiva data e hora.

4.3 - Uma vez aprovada a candidatura, o pedido de pagamento de incentivo deve ser apresentado, através do formulário disponível no sítio na Internet do Fundo Ambiental, até 90 dias corridos da data de confirmação da aprovação da candidatura, tendo por limite o dia 13 de maio de 2026, até às 17h59m.

4.4 - A não apresentação do pedido de pagamento nos prazos referido no número anterior pelo beneficiário impedi-lo-á de ter acesso à eventual 2ª fase do presente Aviso.

4.5 - Nos casos em que o beneficiário é uma pessoa coletiva, deve indicar o número de pedidos de pagamento que pretende apresentar.

5 – Documentos a apresentar:

5.1 – O formulário encontra-se *online*, disponível para preenchimento no sítio na Internet do Fundo Ambiental, e deve ser instruído com os documentos descritos nos números seguintes.

5.2 – Relativos ao beneficiário, no ato da candidatura:

5.2.1 – Identificação (Número de Identificação Fiscal);

5.2.2 – No caso de o requerente ser uma pessoa coletiva, incluindo IPSS, cópia de Certidão de Registo Comercial ou código de acesso à certidão permanente e identificação (Número de Identificação Fiscal) dos representantes da sociedade com poderes para a obrigar;

5.2.3 – Número de Identificação Bancária (IBAN) da conta em nome do beneficiário para onde deverá ser transferido o valor do incentivo.

5.3 – Relativos ao veículo adquirido (Tipologias 1 a 5), no ato do pedido de pagamento:

5.3.1 – Fatura e respetivo comprovativo de pagamento de aquisição com datas posteriores a 1 de janeiro de 2025, em nome do beneficiário, em que conste o número de chassis, se aplicável, devendo ainda ser feita prova de matrícula a favor do beneficiário, se aplicável, através do Documento Único Automóvel ou documento equivalente;

5.3.2 – Comprovativo de abate de uma viatura a combustíveis fósseis com mais de 10 anos passado em nome do beneficiário, no caso de candidaturas à tipologia 1 – Veículos ligeiros de passageiros (categoria M1), devendo o abate ter ocorrido após 1 de janeiro de 2023, sendo a categoria do veículo a abater a mesma do veículo adquirido.

5.3.3 – No caso de o veículo ser introduzido no consumo em regime de locação financeira, no lugar da fatura e comprovativo de pagamento deve ser apresentada cópia completa do contrato, que mencione explicitamente ter a classificação de locação financeira, com duração mínima de 24 meses e com data posterior a 1 de janeiro de 2025, em nome do beneficiário e com identificação do veículo através do número de chassis e matrícula;

5.3.4 – No caso de veículos adquiridos em regime de locação financeira deverá ser feita prova de que o beneficiário já está na posse do veículo, através de submissão de auto de entrega ou documento equivalente;

5.4 – Relativos ao ponto de carregamento de veículos elétricos (Tipologia 7), no ato do pedido de pagamento:

5.4.1 – Fatura de aquisição do carregador e respetivo comprovativo de pagamento, com datas posteriores a 1 de janeiro de 2025, em nome do beneficiário;

5.4.2 – Fatura de instalação, emitida por técnico certificado, e respetivo comprovativo de pagamento, com datas posteriores a 1 de janeiro de 2025, em nome do beneficiário e onde constem o local de instalação (CPE) e o número de certificado do técnico responsável;

6 – Aprovação de candidaturas ao incentivo:

6.1 – A aprovação de candidaturas ao incentivo é efetuada pelo Fundo Ambiental, através da

atribuição do número sequencial de candidatura para a tipologia a que se destina, correspondente à ordem da data e hora de submissão candidatura, desde que o número atribuído se enquadre nos seguintes limites:

Tipologia 1: 2 200 (dois mil e duzentos) incentivos ou 8 800 000 (euro) (oito milhões e oitocentos mil euros), no caso de pessoas singulares e de 500 (quinhentos) incentivos ou 2 500 000 (euro) (dois milhões e quinhentos mil euros), no caso de IPSS, bem como Autoridades de Transportes e Autarquias Locais;

Tipologia 3: 800 (oitocentos) incentivos ou 1 200 000 (euro) (um milhão e duzentos mil euros);

Tipologia 4: 3 750 (três mil setecentos e cinquenta) incentivos ou 2 812 500 (euro) (dois milhões, oitocentos e doze mil e quinhentos euros);

Tipologia 5.1: 500 (quinhentos) incentivos ou 750 000 (euro) (setecentos e cinquenta mil euros);

Tipologia 5.2: 1 500 (mil) incentivos ou 750 000 (euro) (setecentos e cinquenta mil euros);

Tipologia 6: 545 (quinhentos e quarenta e cinco) incentivos ou 272 500 (euro) (duzentos e setenta e dois mil e quinhentos euros);

Tipologia 7: 300 (trezentos) incentivos ou 540 000 (euro) (quinhentos e quarenta mil euros).

6.2 – O pagamento do incentivo depende da submissão do pedido de pagamento instruído com os documentos referidos no n.º 5, no prazo indicado no n.º 4.3, sendo rejeitados os pedidos de pagamento que não se encontrem instruídos com toda a documentação exigida, de forma assegurar o correto e atempado processamento dos incentivos.

7 – Reabertura do Aviso:

7.1 – O Fundo Ambiental analisa o saldo disponível em cada uma das tipologias apoiadas podendo abrir o Aviso para determinadas tipologias em função desse saldo e da procura verificada na 1.º fase do Aviso.

7.2 - O número de incentivos disponíveis para a 2.ª fase do Aviso será disponibilizado pelo Fundo Ambiental, na página do Aviso, em www.fundoambiental.pt, aplicando-se os mesmos prazos e procedimentos previstos nos números anteriores para a 1.º fase do Aviso, tendo por limite o dia 30 de outubro de 2026 para o pedido de pagamento.

8 – Pagamento do incentivo:

8.1 – O pagamento do incentivo, verificado o disposto no n.º 1.3, é efetuado por transferência bancária para a conta do beneficiário, identificada no processo de submissão do pedido, assim que estejam reunidas as condições para o exercício do direito ao incentivo.

9 – Obrigações dos beneficiários:

9.1 – Os beneficiários ficam obrigados, após receção do incentivo, a manter a posse do veículo e dos carregadores por um período não inferior a 24 meses a contar da data de aquisição.

9.2 – Aos beneficiários fica vedada a possibilidade de exportarem os veículos que tenham sido objeto deste incentivo, em virtude de o principal objetivo do programa ser a introdução no território nacional de veículos ambientalmente mais favoráveis, de forma a contribuírem para a melhoria da qualidade do ar, redução de ruído e descarbonização.

10 – Período de despesa elegível:

10.1 – São elegíveis as faturas e comprovativo de pagamentos com data entre 1 de janeiro de 2025 e 90 dias após encerramento do período de candidaturas às diferentes tipologias, submetidos no prazo referido no n.º 4.3..

11– Dúvidas e casos omissos:

11.1– Em caso de dúvidas e em tudo o que não tiver expressamente previsto no presente regulamento, cabe a decisão à gestão do Fundo Ambiental e aplica-se o disposto no Código do Procedimento Administrativo.

12– Relatório final da execução:

12.1– O Fundo Ambiental produzirá um relatório final com os resultados, que deverá incluir os montantes financiados, o número de veículos introduzidos no consumo, por tipologia de veículo, e uma estimativa das emissões de gases com efeito estufa reduzidas, a determinar pelo IMT, I. P.

A Vogal do Conselho Diretivo da Agência para o Clima, I.P.

Rosário Gama

Quadro síntese

Tipologia	Regras	Dotação	Ordem
T1 – Ligeiro de Passageiros	2200 incentivos; 4 000 €; veículos até 38 500 €, ou 55 000 € no caso de veículos de mais de cinco lugares Máximo 1 incentivo/ beneficiário no caso de pessoas singulares;	8 800 000,00 €	6
	500 incentivos; 5 000 €; veículos até 38 500 €, ou 55 000 € no caso de veículos de mais de cinco lugares Máximo 4 incentivo/ beneficiário, no caso de IPSS;	2 500 000,00 €	5
T3 – Bicicletas de carga	800 incentivos; 50 % do PVP (incluindo IVA), até 1000 € convencionais e até 1500€ elétricas; Máximo 4 incentivos/ beneficiário no caso de pessoas coletivas, Máximo 1 incentivo/ beneficiário no caso de pessoa singular	1 200 000,00 €	1
T4 -Bicicletas Elétricas	3750 incentivos; 50 % PVP (incluindo IVA), até 750 €; Máximo 4 incentivos/ beneficiário no caso de pessoas coletivas, Máximo 1 incentivo/ beneficiário no caso de pessoa singular	2 812 500,00 €	2
T5.1 – Motociclos, ciclomotores, triciclos e quadriciclos	500 incentivos; 50 % PVP (incluindo IVA), até 1500 €; Máximo 4 incentivos/ beneficiário no caso de pessoas coletivas, Máximo 1 incentivo/ beneficiário no caso de pessoa singular	750 000,00 €	3
T5.2 - Outros dispositivos de mobilidade pessoal, elétricos	1500 incentivos; 50 % PVP (incluindo. IVA), até 500 €; Máximo 4 incentivos/ beneficiário no caso de pessoas coletivas, Máximo 1 incentivo/ beneficiário no caso de pessoa singular	750 000,00 €	4
T6 – Bicicletas Convencionais	545 incentivos; 50 % PVP (incluindo. IVA), até 500 €; Máximo 4 incentivos/ beneficiário no caso de pessoas coletivas, Máximo 1 incentivo/ beneficiário no caso de pessoa singular	272 500,00 €	7
T7 – Carregadores para veículos	300 incentivos, 80 % do PVP (incluindo IVA), do Posto de carregamento, até 800€ + 80 % do PVP (incluindo. IVA) da instalação elétrica, até 1000 €;	540 000,00 €	8
Total		17 625 000,00 €	